ATA

Reunião da Câmara Municipal

REUNIÃO N.º 17

DATA 4 de setembro de 2026

HORA 10h00

LOCAL Câmara Municipal de Murça

Ata da 17.ª Reunião de Câmara [ordinária] realizada na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Murça, no dia 4 de setembro de 2026.

Presenças

Mário Artur Correia Lopes
Presidente da Câmara

André Filipe Morais Lage
Vereador em regime de não permanência

Avelino José Marques dos Santos
Vice-Presidente da Câmara

Paula Alexandra Ribeiro Catarino
Vereadora em regime de não permanência

Ana Cristina Pinto Martins
Vereadora em regime de permanência

Marcelo Caetano Martins Delgado
Secretário da Reunião

I. ABERTURA

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram dez horas.----------

II. ANTES DA ORDEM DO DIA

Gabinete de Apoio à Presidência - GAP

1. Resumo diário de tesouraria;----------

A Câmara Municipal tomou conhecimento.----------

III. ORDEM DO DIA

Gabinete da Apoio à Presidência - GAP

2. Aprovação da ata da reunião n.º 16/2026;----------

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata.----------

Divisão de Gestão Financeira - DGF

3.Proposta N.° 44/DGF/2026 - Autorização para assunção de compromissos plurianuais - "Aquisição de serviços para revisor oficial de contas";-
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, com quatro votos a favor e uma abstenção do Vereador do Partido Socialista, André Filipe Morais Lage, aprovar a autorização para assunção de compromissos plurianuais - "Aquisição de serviços para revisor oficial de contas", nos termos exarados na Proposta N.° 44/DGF/2026. Mais deliberou, submeter o assunto ao conhecimento da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 17.° das Normas de Execução Orçamental de 2026.----------

Divisão Jurídica e Administrativa - DJA

4.Proposta N.° 49/DJA/2026 - Zona Industrial de Murça - Lotes n.°s 27 e 28;----------
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a conclusão do procedimento dos lotes n.°s 27 e 28 da Zona Industrial de Murça, nos termos exarados na Proposta N.° 49/DJA/2026. Notifique-se.----------

5.Proposta N.° 57/DJA/SUB/2026 - Apoio financeiro à Associação Cultural, Raízes e Tradições de Sobreira;----------
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio financeiro à Associação Cultural, Raízes e Tradições de Sobreira nos termos exarados na Proposta N.° 57/DJA/SUB/2026. Notifique-se.---

6.Proposta N.° 58/DJA/SUB/2026 - Apoio financeiro à Fabrica da Igreja Paroquial de Carva - Festividades Populares e Religiosas;----------
Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio financeiro à Fabrica da Igreja Paroquial de Carva em vista à realização das Festividades Populares e Religiosas, nos termos exarados na Proposta N.° 58/DJA/SUB/2026. Notifique-se.----------
---

O Presidente da Câmara propôs ao executivo municipal que, nos termos legais, as deliberações tomadas na presente reunião possam ter executoriedade imediata, sendo, nesse sentido, aprovadas, nos termos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, sob a forma de minuta para todos os efeitos legais.----------

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Senhor Presidente da Câmara. Proceda-se em conformidade.----------

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dez horas e trinta e cinco minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar junto do Presidente.----------

O Presidente da Câmara Municipal,

O Secretário da Reunião de Câmara,

TESOUREIRO	FUNCIONÁRIO	ORGÃO EXECUTIVO

ENTIDADE	RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA Nº. 169	DATA	ANO	PÁGINA
CMMURÇA	Data : 2026/09/04 (desconsideração dos depósitos a prazo)	2026/09/04	2026	1

CONTA	CX/BC	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO DIA		ACUMULADO		SALDO	
			DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREDOR
11		Caixa	4.515.741,08	4.510.340,75			4.515.741,08	4.510.340,75	5.400,33	
11.1		Caixa A	4.507.745,84	4.505.345,51			4.507.745,84	4.505.345,51	2.400,33	
	CX1	CX1 - CX 1 TESOURARIA MUNICIPAL	3.501.899,55	3.499.499,22			3.501.899,55	3.499.499,22	2.400,33	
	CX7	CX7 - TES. MUNICIPAL (SUBSTITUTO)	1.005.846,29	1.005.846,29			1.005.846,29	1.005.846,29		
11.8		Fundo fixo	7.995,24	4.995,24			7.995,24	4.995,24	3.000,00	
11.8.2		Fundo de Maneio - DAG	200,00				200,00		200,00	
	FM2	FM2 - Fundo de Maneio - DAG	200,00				200,00		200,00	
11.8.4		Fundo de Maneio - GAP	6.645,28	4.645,28			6.645,28	4.645,28	2.000,00	
	FUN	FUN - Fundo de Maneio - GAP	6.645,28	4.645,28			6.645,28	4.645,28	2.000,00	
11.8.5		Fundo de Maneio - DPGU	326,10	26,10			326,10	26,10	300,00	
	FM4	FM4 - Fundo de Maneio - DPGU	326,10	26,10			326,10	26,10	300,00	
11.8.6		Fundo de Maneio - DAS	300,00				300,00		300,00	
	FM5	FM5 - Fundo de Maneio - DAS	300,00				300,00		300,00	
11.8.7		Fundo de Maneio - CPCJ	523,86	323,86			523,86	323,86	200,00	
	FM6	FM6 - Fundo de Maneio - CPCJ	523,86	323,86			523,86	323,86	200,00	
12		Depósitos à ordem	11.686.304,93	9.200.806,84			11.686.304,93	9.200.806,84	2.485.498,09	
12.2		Depósitos bancários	11.686.304,93	9.200.806,84			11.686.304,93	9.200.806,84	2.485.498,09	
12.2.1		Caixa Geral de Depósitos	9.869.230,64	9.002.029,17			9.869.230,64	9.002.029,17	867.201,47	
	0035/00000080730	CGD	7.917.187,42	7.666.534,86			7.917.187,42	7.666.534,86	250.652,56	
	0035/00012103273085	CGD	682.019,25	680.494,31			682.019,25	680.494,31	1.524,94	
	0035/00012513830	CGD	1.270.023,97	655.000,00			1.270.023,97	655.000,00	615.023,97	
12.2.2		Novo Banco	11.388,10	9.077,37			11.388,10	9.077,37	2.310,73	
	0007/00001650002	GNB	11.388,10	9.077,37			11.388,10	9.077,37	2.310,73	
12.2.3		Millenium BCP	1.165.450,70	190,50			1.165.450,70	190,50	1.165.260,20	
	0033/00010536715	BCP	1.112.718,18	160,50			1.112.718,18	160,50	1.112.557,68	
	0033/45337614343	BCP	52.732,52	30,00			52.732,52	30,00	52.702,52	
12.2.4		Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	540.041,96	114.898,74			540.041,96	114.898,74	425.143,22	
	0045/40082356944	CCAM	540.041,96	114.898,74			540.041,96	114.898,74	425.143,22	
12.2.6		Banco Português de Investimento	100.193,53	74.611,06			100.193,53	74.611,06	25.582,47	
	0010/21059890101	BPI	100.193,53	74.611,06			100.193,53	74.611,06	25.582,47	
13		Outros depósitos	416.335,53	36.750,88			416.335,53	36.750,88	379.584,65	
13.3		Depósitos de garantias e cauções	416.335,53	36.750,88			416.335,53	36.750,88	379.584,65	
13.3.2		Depósitos bancários	416.335,53	36.750,88			416.335,53	36.750,88	379.584,65	
13.3.2.1		Caixa Geral de Depósitos	416.335,53	36.750,88			416.335,53	36.750,88	379.584,65	
	0035/00014479530	CGD	416.335,53	36.750,88			416.335,53	36.750,88	379.584,65	
		TOTAL DE DISPONIBILIDADES	16.618.381,54	13.747.898,47			16.618.381,54	13.747.898,47	2.870.483,07	
		SALDO GERÊNCIA	11.175.779,09	8.305.296,02			11.175.779,09	8.305.296,02	2.870.483,07	
		DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	10.759.346,74	8.267.945,14			10.759.346,74	8.267.945,14	2.491.401,60	
		DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	416.432,35	37.350,88			416.432,35	37.350,88	379.081,47	

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira e Contratação Pública

PRESENTE A REUNIAO DE 4 / 9 / 2026
DELIBERADO Aprovado
com 4 votos a favor
e uma abstenção.
Executivo. A DGF

80 ANOS Município de Murça 1224-2024

INFORMAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS

Ref.ª DGF / 03 – INF 44/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
01-09-2026-16:25:07 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Concordo. Sugiro o agendamento deste assunto, para a próxima reunião ordinária da CM, para deliberação, com conhecimento à assembleia Municipal. À consideração do PC.
01-09-2026-16:23:33 - marcelo

ASSUNTO

AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REVISOR OFICIAL DE CONTAS

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 01.09.2026

I. CONSIDERANDO:

1. – Tendo como objetivo a celebração de contrato de prestação de serviços com a duração de 24 meses para Aquisição de serviços para Revisor Oficial de Contas;

2. O valor para a despesa é de 19.500,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo o prazo da aquisição de serviços em causa é de 24 meses, pelo que a despesa terá que ser repartida pelos anos económicos 2026, 2027 e 2028;

3. Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 22 de fevereiro e dos n.ºs 1 e 6, do art.º 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, é necessário a repartição de encargos e autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais;

4. Os compromissos plurianuais carecem de autorização prévia da Assembleia Municipal, conforme alínea c), do n.º 1, art.º 6, da Lei n.º 8/2012, de 22 de fevereiro, cuja competência foi transferida para a Câmara Municipal através da autorização prévia da Assembleia Municipal, conforme art.º 17.º das Normas de Execução Orçamental de 2026, de 16/12/2025, sempre que os encargos não excedam o limite de 500.000,00€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo não exceda 3 anos;

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão de Gestão Financeira

Município de Murça 1224-2024

5. Não obstante a competência da Câmara Municipal para autorizar esta despesa, deve o presente ato, após aprovação pela Câmara, ser sujeita a conhecimento da Assembleia Municipal na sessão ordinária imediatamente a seguir, conforme o disposto no n.º 6, do art.º 17.º das normas atrás citadas;

6. A despesa tem enquadramento orçamental na classificação económica 02.02.14;

7. Assim, apresenta-se na tabela abaixo a repartição de encargos por ano e classificação económica:

REPARTIÇAO DE ENCARGOS POR ANO E POR ECONÓMICA		
ECONÓMICA	**ANO**	**VALOR**
02.02.14	2026	2.998,12 €
	2027	11.992,50 €
	2028	8.994,38 €
	Total	**23.985,00 €***

***valores com IVA**

II. PROPOSTA

Aprovar pelo órgão executivo e submeter a conhecimento da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromissos plurianuais conforme tabela apresentada no ponto 7. da presente informação.

À consideração superior.

O Chefe de Divisão de Gestão Financeira
e Contratação Pública

Mário José Pinto Sampaio

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

PRESENTE A REUNIAO DE 4 / 9 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade a DJA
Executar

80 ANOS
Município de Murça 1224-2024

PROPOSTA

Ref.ª DJA/ 04 – INFO 49/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
01-09-2026-16:33:32 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Concordo com a proposta técnica de atuação sugerida na informação técnica, que antecede, da DJA.
Neste contexto, sugere-se o agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária da Câmara para deliberação.
Os procedimentos exarados na proposta deverão ser acautelados pela DJA, caso a mesma venha a merecer a aprovação por parte do órgão executivo municipal. À consideração do PC.
01-09-2026-16:27:13 - marcelo

ASSUNTO

– ZONA INDUSTRIAL DE MURÇA;
– LOTES N.ºS 27 E 28;
– CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO;
– APRECIAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL PRODUZIDA;
– REVOGAÇÃO, POR MÚTUO ACORDO, DOS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA;
– RESTITUIÇÃO DO PREÇO, ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E REEMBOLSO DOS ENCARGOS SUPORTADOS PELO ADQUIRENTE.

PROPOSTA E DATA

DATA: 01.09.2026

I – Antecedentes

1. No âmbito do levantamento jurídico, patrimonial, urbanístico e funcional promovido relativamente à Zona Industrial de Murça, foi analisada a situação dos lotes n.ºs 27

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

e 28, adquiridos , encontrando-se os mesmos registados a seu favor desde 15 de maio de 2015.

2. Não obstante o período entretanto decorrido, não foi concretizada nos referidos lotes qualquer construção ou instalação empresarial, não existindo indicação de licenciamento, ocupação ou entrada em funcionamento, tendo sido iniciado, em outubro de 2024, procedimento destinado à respetiva reversão.

3. Na sequência da intenção manifestada pelo Município de proceder à revogação, por mútuo acordo, dos contratos relativos aos lotes em causa, o respetivo titular declarou aceitar a restituição dos imóveis ao Município, subordinando, contudo, essa aceitação às seguintes condições:

   a) restituição do preço pago pelos lotes;
   b) atualização monetária do preço desde a data do respetivo pagamento;
   c) reembolso do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI suportado relativamente aos dois lotes;
   d) reembolso das despesas suportadas com a celebração das escrituras de aquisição e com os correspondentes atos registrais.

4. O interessado fundamentou as referidas condições na circunstância de o Município ter assumido, antes da aquisição dos lotes, a responsabilidade pela construção de um muro de suporte de terras, sem o qual não seria tecnicamente possível ou economicamente razoável proceder à edificação projetada.

5. Segundo o interessado, a construção daquele muro constituiu uma condição determinante da decisão de aquisição dos lotes, tendo a falta da sua execução pelo Município impedido a concretização do investimento e, consequentemente, o cumprimento dos prazos e obrigações associados à instalação da unidade empresarial.

6. Perante a relevância dos factos alegados e a inexistência, no processo, de deliberação, contrato, protocolo ou outro documento formal que titulasse a

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

construção do muro, foi requerida, pelo interessado, a realização de diligências instrutórias, designadamente a inquirição das pessoas com conhecimento direto ou indireto das negociações e dos factos subsequentes.

7. As inquirições tiveram lugar no dia 31 de julho de 2026, perante o responsável pela direção do procedimento, ao abrigo da delegação conferida pelo Despacho n.º 19/GAP/2026, de 28 de julho.

II – Da apreciação da prova

1. Nos termos dos artigos 58.º e 115.º do Código do Procedimento Administrativo, compete ao responsável pela direção do procedimento promover as diligências necessárias ao apuramento dos factos relevantes para uma decisão legal e justa, podendo recorrer a todos os meios de prova admitidos em direito.

2. A prova produzida deve ser apreciada de forma conjugada, atendendo à razão de ciência das testemunhas, à proximidade temporal e funcional relativamente aos factos e à convergência ou divergência material dos respetivos depoimentos.

3. A inexistência de um documento formal, de uma deliberação camarária ou de um contrato escrito relativo à construção do muro impede que se considere demonstrada a existência de uma obrigação municipal formalmente constituída nos termos normalmente exigíveis.

4. Todavia, a ausência de formalização não determina que as negociações, declarações e comportamentos adotados pelo Município sejam juridicamente irrelevantes.

5. Da análise conjugada dos depoimentos resultam suficientemente demonstrados os seguintes factos:

   a) a necessidade do muro de suporte de terras já existia antes da aquisição dos lotes;

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

b) a construção do muro era tecnicamente indispensável ou, pelo menos, determinante para a edificabilidade e para o aproveitamento económico dos lotes;

c) a questão foi discutida antes da celebração das escrituras de compra e venda;

d) as reuniões envolveram diretamente o investidor, o Presidente da Câmara e uma Vereadora em regime de permanência, à data em funções, bem como técnicos municipais;

e) o Município transmitiu ao interessado que assumiria ou poderia assumir a construção do muro e os respetivos encargos;

f) essa representação municipal foi suficientemente concreta para criar no interessado a expectativa de que o problema técnico seria solucionado pela autarquia;

g) os serviços municipais chegaram a efetuar uma avaliação dos custos da obra;

h) o Município decidiu posteriormente não avançar com a construção, em virtude do elevado valor estimado;

i) não ficou demonstrado que essa alteração de posição tivesse sido formal e oportunamente comunicada ao interessado;

j) o muro nunca foi construído;

k) sem a execução do muro, a concretização do investimento ficou material e tecnicamente comprometida.

6. Embora os depoimentos não sejam inteiramente coincidentes quanto ao grau de definitividade do compromisso assumido, existe concordância quanto aos seus

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

elementos essenciais, isto é, que o problema era conhecido pelo Município antes da venda, que o Município discutiu diretamente com o adquirente a construção do muro, que a intervenção municipal foi apresentada como solução para viabilizar a construção, que o muro era essencial ao aproveitamento dos lotes e que o Município acabou por não executar a intervenção.

7. Deve, por isso, considerar-se suficientemente demonstrado que o investidor adquiriu os lotes num contexto em que existia uma legítima expectativa de intervenção municipal na construção do muro de suporte de terras e que a falta dessa intervenção constituiu um fator decisivo para a não concretização do investimento.

III – Do Regulamento da Zona Industrial/Oficinal de Murça

1. O denominado Regulamento da Zona Industrial/Oficinal de Murça não chegou a ser aprovado pela Assembleia Municipal, nem a ser publicado nos termos legalmente exigíveis para os regulamentos administrativos com eficácia externa.

2. O próprio preâmbulo do documento refere que se tratava de uma proposta a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, não se encontrando demonstrada a conclusão desse procedimento.

3. Não pode, por conseguinte, o referido documento ser invocado como fonte regulamentar externa, plena e autonomamente oponível aos particulares.

4. Essa circunstância não impede, porém, que o seu conteúdo seja ponderado como elemento documental revelador das regras que o Município pretendia adotar na gestão da Zona Industrial, funcionando, simultaneamente, como meio auxiliar de interpretação do modo como os intervenientes municipais entendiam a repartição das responsabilidades entre o Município e os adquirentes.

5. Tanto mais que, nos contratos posteriormente celebrados, as partes referiram, expressamente, ter conhecimento dos direitos e obrigações contantes em tal documento, tendo-se comprometido com a execução do respetivo clausulado.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

6. Ora, o documento atribuía aos adquirentes os encargos decorrentes da celebração dos contratos e escrituras e impunha-lhes prazos de licenciamento, construção e início de laboração.

7. Porém, o mesmo documento também estabelecia deveres a cargo do Município de Murça, a saber:

   a) elaborar os contratos e velar pelo seu cumprimento;
   b) executar e manter as infraestruturas públicas do loteamento;
   c) assegurar o abastecimento de água e energia;
   d) acompanhar o funcionamento do loteamento;
   e) solucionar os aspetos legais relacionados com a respetiva exploração.

8. Embora o muro de suporte de terras não seja expressamente referido no retro citado documento, a prova produzida demonstra que, no caso concreto, não se tratava de uma construção destinada exclusivamente à conveniência particular do adquirente.

9. O muro resultava da morfologia do terreno, era necessário para conferir aos lotes condições efetivas de edificabilidade e havia sido discutido como elemento a executar pelo Município no âmbito da infraestruturação da Zona Industrial.

10. O Regime Jurídico da Urbanização e Edificação qualifica como obras de urbanização as obras de criação ou remodelação de infraestruturas destinadas a servir diretamente os espaços urbanos ou as edificações.

11. Atenta a função estrutural e coletiva que lhe foi atribuída no presente procedimento, o muro pode ser funcionalmente reconduzido para o conceito de infraestruturas necessárias à concretização e utilização do loteamento.

12. Assim, ainda que o Regulamento não possua força normativa externa, o seu conteúdo corrobora a interpretação segundo a qual o cumprimento das obrigações

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

do adquirente pressupunha que o Município disponibilizasse condições infraestruturais minimamente adequadas à construção nos lotes.

IV – Do enquadramento jurídico da solução

1. O artigo 406.º do Código Civil estabelece que os contratos podem ser modificados ou extintos por mútuo consentimento dos contraentes.

2. A revogação dos contratos relativos aos lotes n.ºs 27 e 28 pode, portanto, ser validamente acordada entre o Município e o adquirente, definindo-se no mesmo instrumento os efeitos patrimoniais decorrentes da restituição dos imóveis.

3. Por outro lado, nos termos do artigo 227.º do Código Civil, as partes devem proceder de acordo com as regras da boa-fé, tanto nos preliminares como na formação dos contratos, respondendo pelos danos que culposamente causem à contraparte.

4. Este dever de boa-fé assume especial relevância quando uma entidade pública promove a aquisição de lotes destinados a um investimento empresarial, conhece uma limitação física que condiciona a respetiva utilização e transmite ao investidor que essa limitação será solucionada através de uma intervenção municipal.

5. Os princípios da justiça, da razoabilidade e da boa-fé vinculam a Administração Pública, impondo-lhe que considere a confiança suscitada na contraparte pela sua própria atuação e que rejeite soluções manifestamente desrazoáveis.

6. Tais princípios encontram-se consagrados, expressamente, nos artigos 3º e seguintes, do CPA, enquanto princípios que devem nortear toda a atividade administrativa, incluindo as atuações administrativas de gestão privada.

7. No caso concreto, exigir ao adquirente o cumprimento integral das obrigações de licenciamento, construção e laboração, ignorando que a edificação dependia de uma infraestrutura que o Município se dispôs a executar e que acabou por não realizar, traduzir-se-ia numa solução materialmente desequilibrada.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

8. Ainda que pudesse discutir-se judicialmente a existência e extensão de uma responsabilidade contratual ou pré-contratual do Município, a prova produzida revela um risco jurídico suficientemente relevante para justificar uma solução consensual.

9. A restituição apenas do preço nominal pago pelos lotes não reporia integralmente a situação patrimonial do adquirente, na medida em que este:

   a) ficou privado do capital entregue desde 2015;

   b) suportou os encargos inerentes à aquisição;

   c) pagou anualmente IMI relativamente a imóveis cuja finalidade económica não pôde concretizar;

   d) manteve a titularidade dos imóveis num contexto em que a construção dependia da intervenção municipal.

10. O princípio geral da obrigação de indemnizar determina que deve ser reconstituída a situação que existiria se não tivesse ocorrido o facto causador do dano, podendo a indemnização pecuniária ser calculada pela diferença entre a situação patrimonial atual e aquela que existiria sem o dano.

11. A atualização monetária do preço não deve ser entendida como uma penalização, um rendimento financeiro ou uma atribuição gratuita ao adquirente, mas como mecanismo destinado a preservar o valor real do capital entregue ao Município há mais de uma década.

12. De igual modo, o reembolso do IMI e das despesas diretamente inerentes às escrituras representa a compensação de encargos efetivamente suportados em consequência de contratos que não atingiram a finalidade que justificou a sua celebração, por causa não exclusivamente imputável ao adquirente.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

13. Sendo certo que a solução deverá ser formalizada como acordo revogatório de natureza transacional, através do qual:

    a) o interessado restitui ao Município os lotes n.ºs 27 e 28;

    b) o Município restitui o preço pago, devidamente atualizado, e reembolsa os encargos documentalmente comprovados;

    c) ambas as partes renunciam a quaisquer outras pretensões relacionadas com os contratos, com a construção do muro e com a não concretização do investimento.

V – Da delimitação dos montantes a pagar

1. Para salvaguarda do princípio da legalidade financeira, da transparência e da proibição de enriquecimento injustificado, os montantes a pagar deverão obedecer às regras que a seguir se enunciam.

2. Relativamente ao preço dos lotes, será restituído o valor efetivamente recebido pelo Município pela aquisição dos lotes n.ºs 27 e 28, mediante prévia certificação pelos serviços financeiros municipais.

3. No que concerne à atualização monetária, será aplicada, ao preço pago, uma atualização monetária destinada a compensar a desvalorização da moeda ocorrida entre a data do pagamento e a data do efetivo reembolso.

4. A atualização deverá ser calculada pelos serviços financeiros mediante aplicação da variação acumulada de um índice oficial de preços no consumidor divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística, devendo a fórmula e o índice concretamente utilizados constar expressamente do acordo.

5. A atualização monetária não será cumulável, relativamente ao mesmo período e capital, com juros remuneratórios ou moratórios.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

6. Relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis, serão reembolsadas as quantias de IMI efetivamente pagas pelo interessado relativamente aos lotes n.ºs 27 e 28, desde a respetiva aquisição até à data em que se formalize o regresso da propriedade ao Município.

7. O reembolso dependerá da apresentação das correspondentes notas de liquidação e dos comprovativos de pagamento.

8. Não serão reembolsados juros de mora, coimas, custas ou outros encargos resultantes de pagamentos efetuados fora dos prazos legalmente estabelecidos.

9. Quanto às despesas com as escrituras e registos, serão reembolsadas as despesas diretamente relacionadas com a celebração das escrituras de aquisição dos lotes e com os respetivos registos, nos exatos termos em que tenham sido reclamadas e documentalmente comprovadas pelo interessado.

10. Apenas serão consideradas as despesas necessárias e diretamente causadas pela aquisição dos lotes, excluindo-se honorários, estudos, projetos, despesas de financiamento ou outros encargos que não integrem expressamente o acordo.

11. Caso algum dos montantes pagos pelo interessado possa ser restituído ou recuperado junto da Autoridade Tributária, da Conservatória do Registo Predial ou de qualquer outra entidade, o reembolso municipal ficará limitado à parte definitivamente suportada pelo interessado.

12. Por fim, quanto às despesas necessárias à celebração do acordo, à retransmissão dos lotes para o Município e à correspondente regularização predial e matricial, serão suportadas pelo Município.

VI – Do interesse público municipal

1. Aqui chegados, importa referir que a aceitação das condições propostas pelo interessado apresenta, para o Município, as seguintes vantagens:

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

a) permite recuperar dois lotes industriais que se encontram sem utilização desde 2015;

b) elimina uma situação de bloqueio patrimonial e funcional da Zona Industrial;

c) previne um litígio no qual poderiam ser discutidas a responsabilidade pré-contratual ou contratual do Município e a tutela da confiança criada no investidor;

d) evita os custos, demora e incerteza associados a um processo judicial;

e) permite relançar os lotes através de novo procedimento de alienação, depois de devidamente avaliadas e resolvidas as respetivas limitações técnicas;

f) assegura uma solução equilibrada, proporcional e conforme às exigências de boa-fé;

g) extingue definitivamente todas as pretensões do interessado relacionadas com os contratos, com o muro e com a impossibilidade de concretização do investimento.

2. Ou seja, os encargos a assumir pelo Município encontram correspondência direta na recuperação de dois ativos imobiliários e na extinção de um risco litigioso concreto, não constituindo uma despesa sem contrapartida.

VII – Proposta

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:

a) Numa primeira fase, solicitar à DGF a emissão do respetivo cabimento e compromisso de fundos disponíveis (CFD), no valor, diga-se, provisório, de 18.018,14€, tendo como base as quantias avançadas pelo particular, no

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

requerimento subscrito no dia 22 de maio de 2026, sem prejuízo de uma posterior validação pelos serviços, nos termos que abaixo se sugerem;

b) Agendamento do presente assunto para uma próxima reunião da Câmara Municipal, em vista a que o órgão executivo tomo deliberação traduzida na aceitação da revogação, por mútuo acordo, dos contratos de compra e venda relativos aos lotes n.ºs 27 e 28 da Zona Industrial de Murça, celebrados , mediante a restituição dos lotes ao Município e nas seguintes condições, a saber:

i. Restituição do preço efetivamente pago pela aquisição dos lotes, em montante a certificar pelos serviços financeiros municipais;

ii. Atualização monetária do preço pago, desde a data do respetivo pagamento até à data da sua restituição, mediante aplicação de índice oficial de preços no consumidor divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística;

iii. Reembolso das quantias de Imposto Municipal sobre Imóveis efetivamente liquidadas e pagas relativamente aos lotes n.ºs 27 e 28, desde a respetiva aquisição até à data da formalização do regresso da propriedade ao Município;

iv. Reembolso das despesas diretamente inerentes à celebração das escrituras de aquisição e aos correspondentes registos prediais, desde que devidamente comprovadas;

v. Assunção, pelo Município, das despesas necessárias à celebração e execução do acordo de revogação, à retransmissão dos lotes e à respetiva regularização registral e matricial;

vi. Subordinação do reembolso dos encargos referidos nas subalíneas anteriores à apresentação dos respetivos documentos comprovativos e à certificação dos montantes pelos serviços municipais competentes;

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

vii. Restituição dos lotes ao Município livres de pessoas, bens, ónus, encargos ou quaisquer outras limitações à sua plena disponibilidade;

viii. Renúncia expressa do interessado a quaisquer outras indemnizações, compensações, juros, lucros cessantes, benfeitorias, despesas ou pretensões relacionadas com os contratos de compra e venda, com a construção do muro de suporte de terras ou com a não concretização do investimento.

c) Simultaneamente, aprovar a minuta de Acordo de Revogação por Mútuo Acordo, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente informação;

d) Legitimar, desde já, o Presidente da Câmara Municipal para, em representação do Município de Murça, outorgar o acordo de revogação, bem como a escritura, documento particular autenticado ou qualquer outro título necessário à retransmissão dos lotes para o Município;

e) Notificar o interessado do teor da deliberação, remetendo-lhe a minuta aprovada e concedendo-lhe o prazo de 15 dias úteis para:

I. Confirmar a aceitação integral das condições aprovadas;

II. Apresentar os documentos comprovativos dos encargos cujo reembolso pretende;

III. Apresentar os elementos necessários à formalização da retransmissão dos lotes para o Município.

f) Para efeitos do disposto nas alíneas anteriores, os serviços municipais deverão proceder à certificação do preço pago, das respetivas datas de pagamento, das quantias de IMI suportadas, das despesas de escritura e registo e do valor correspondente à atualização monetária, devendo a relação discriminada dos

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

valores certificados, nos termos acima configurados, ser anexada ao acordo de revogação;

g) De imediato, envio da presente informação para o gabinete do Presidente da Câmara.

À consideração do Diretor de Departamento.

O Chefe da Divisão Jurídica e Administrativa

Marcos José da Silva Barroco

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

ANEXO I
ACORDO DE REVOGAÇÃO POR MÚTUO ACORDO E TRANSAÇÃO

I - Considerandos

a) Por contratos de compra e venda celebrados em 15 de maio de 2015, o Município transmitiu ao Adquirente os lotes n.ºs 27 e 28 da Zona Industrial de Murça;

b) Os lotes destinavam-se à instalação e desenvolvimento de uma atividade empresarial, encontrando-se a respetiva aquisição associada ao cumprimento de obrigações de licenciamento, construção e início de laboração;

c) A concretização da edificação projetada dependia da construção de um muro de suporte de terras, cuja necessidade já existia à data da aquisição dos lotes;

d) No âmbito das negociações anteriores à celebração dos contratos, foi discutida entre o Município e o Adquirente a execução daquele muro pela autarquia;

e) O muro de suporte de terras não foi executado, tendo a sua falta condicionado a edificabilidade dos lotes e a concretização do investimento;

f) Perante a impossibilidade de concretização do investimento nas condições inicialmente previstas, as partes reconhecem a conveniência de extinguir consensualmente os contratos de compra e venda e de regularizar definitivamente as respetivas relações jurídicas e patrimoniais;

g) Por deliberação tomada em reunião de ___ de _____ de 2026, a Câmara Municipal de Murça aprovou a celebração do presente acordo e as respetivas condições.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

II – DO ACORDO DE REVOGAÇÃO

Entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE:

MUNICÍPIO DE MURÇA, pessoa coletiva de direito público n.º 506 872 115, com sede na Praça 5 de Outubro, 5090-112 Murça, neste ato representado por _____, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, com poderes para o ato conferidos pela deliberação da Câmara Municipal de ___ de _____ de 2026, adiante designado por **Município**;

e

SEGUNDO OUTORGANTE:

_____, pessoa coletiva n.º _____, com sede em _____, neste ato representada por _____, na qualidade de _____, com poderes para o ato, adiante designada por

é celebrado o presente **Acordo de Revogação por Mútuo Acordo**, que se rege pelos considerandos e cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Identificação dos imóveis

1. O presente acordo tem por objeto os seguintes imóveis:

a) Lote n.º 27 da Zona Industrial de Murça, com a área de _____ m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Murça sob o número _____ e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo _____;

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

b) Lote n.º 28 da Zona Industrial de Murça, com a área de _____ m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Murça sob o número _____ e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo _____.

2. Os imóveis referidos no número anterior são, conjuntamente, designados no presente acordo por **Lotes**.

Cláusula 2.ª

Revogação dos contratos

1. Pelo presente acordo, as partes revogam, por mútuo acordo, os contratos de compra e venda relativos aos lotes n.ºs 27 e 28.
2. Em consequência da revogação, os Lotes regressam à plena titularidade e disponibilidade do Município, nos termos e condições estabelecidos no presente acordo.
3. A revogação é acompanhada da composição definitiva das relações patrimoniais existentes entre as partes, tendo igualmente natureza transacional.

Cláusula 3.ª

Restituição dos Lotes

1. O Adquirente restitui ao Município os Lotes livres de pessoas, bens, ónus, encargos, hipotecas, penhoras, arrendamentos, comodatos, promessas de alienação, direitos de preferência convencionais ou quaisquer outras limitações que afetem a sua plena disponibilidade.
2. O Adquirente declara que, para além dos elementos constantes das certidões registrais, não constituiu nem autorizou a constituição de quaisquer direitos a favor de terceiros sobre os Lotes.
3. A entrega material dos Lotes será formalizada através de auto de entrega, a assinar pelas partes.
4. O Adquirente obriga-se a praticar todos os atos e a assinar todos os documentos necessários à retransmissão dos Lotes para o Município e à correspondente atualização registral e matricial.

Cláusula 4.ª

Preço pago

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

1. Os serviços financeiros municipais certificaram que o Adquirente pagou pela aquisição dos Lotes a quantia global de € _____, conforme documento constante do Anexo I ao presente acordo.
2. O Município obriga-se a restituir ao Adquirente o montante referido no número anterior, nos termos previstos no presente acordo.

Cláusula 5.ª

Atualização monetária

1. O preço referido na cláusula anterior será objeto de atualização monetária desde a data do respetivo pagamento até à data da sua restituição.
2. A atualização será calculada mediante aplicação da variação acumulada de índice oficial de preços no consumidor divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística.
3. O valor da atualização monetária, bem como a fórmula utilizada no respetivo cálculo, constam do Anexo II ao presente acordo.
4. A atualização monetária não é cumulável, relativamente ao mesmo capital e período, com juros remuneratórios ou moratórios.

Cláusula 6.ª

Reembolso do Imposto Municipal sobre Imóveis

1. O Município reembolsará o Adquirente das quantias de Imposto Municipal sobre Imóveis efetivamente liquidadas e pagas relativamente aos Lotes, desde a respetiva aquisição até à data da formalização do regresso da propriedade ao Município.
2. O reembolso fica dependente da apresentação das notas de liquidação e dos correspondentes comprovativos de pagamento.
3. Não serão reembolsados juros de mora, coimas, custas ou outros encargos decorrentes de pagamentos efetuados fora dos prazos legalmente estabelecidos.
4. As quantias certificadas pelos serviços financeiros municipais constam do Anexo III ao presente acordo.

Cláusula 7.ª

Despesas com escrituras e registos

1. O Município reembolsará o Adquirente das despesas diretamente inerentes:

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

a) À celebração das escrituras de aquisição dos Lotes;
b) Aos registos prediais efetuados em consequência da aquisição.

2. O reembolso fica dependente da apresentação dos respetivos documentos comprovativos.
3. Não serão reembolsados honorários, despesas de financiamento, projetos, estudos, deslocações ou quaisquer outros encargos que não estejam direta e necessariamente relacionados com a celebração e registo dos contratos de aquisição.
4. As despesas certificadas pelos serviços municipais constam do Anexo IV ao presente acordo.

Cláusula 8.ª

Valor global

1. O valor global a pagar pelo Município corresponde à soma:
   a) Do preço efetivamente pago pelos Lotes;
   b) Da respetiva atualização monetária;
   c) Do IMI comprovadamente suportado;
   d) Das despesas comprovadas com as escrituras e registos.
2. O valor global certificado pelos serviços municipais é de € _____.
3. O mapa discriminativo dos valores constitui o Anexo V ao presente acordo.

Cláusula 9.ª

Condições do pagamento

1. O pagamento será efetuado após a verificação cumulativa das seguintes condições:
   a) Assinatura do presente acordo;
   b) Formalização da retransmissão dos Lotes para o Município;
   c) Apresentação do pedido de registo dos Lotes a favor do Município;
   d) Entrega material dos Lotes;
   e) Confirmação de que os imóveis se encontram livres de pessoas, bens, ónus e encargos;
   f) Entrega dos documentos comprovativos dos valores a reembolsar.

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

2. O pagamento poderá ser efetuado simultaneamente com o ato de retransmissão, desde que seja adotado mecanismo que assegure a restituição dos Lotes e salvaguarde integralmente os interesses patrimoniais do Município.
3. O pagamento será efetuado por transferência bancária para o IBAN _____, de que é titular o Adquirente.

Cláusula 10.ª

Inexistência de dupla compensação

1. O Adquirente declara não ter recebido de qualquer outra entidade o reembolso ou compensação dos valores abrangidos pelo presente acordo.
2. Caso o Adquirente venha posteriormente a recuperar, junto de qualquer entidade, quantias relativas aos mesmos impostos, despesas ou encargos, obriga-se a restituir ao Município o correspondente valor, no prazo de 15 dias úteis após o respetivo recebimento.

Cláusula 11.ª

Despesas com a revogação

As despesas necessárias à celebração e execução do presente acordo, à retransmissão dos Lotes e à atualização do registo predial e da matriz serão suportadas pelo Município.

Cláusula 12.ª

Renúncia a outras pretensões

1. Mediante o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Município, o Adquirente renuncia expressa, irrevogável e definitivamente a quaisquer outras pretensões relacionadas:
   a) Com os contratos de compra e venda dos Lotes;
   b) Com a construção ou falta de construção do muro de suporte de terras;
   c) Com a impossibilidade ou atraso na concretização do investimento;
   d) Com despesas, projetos, estudos, benfeitorias ou trabalhos realizados;

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

e) Com danos emergentes, lucros cessantes, perda de oportunidade, juros ou quaisquer outras indemnizações ou compensações.

2. A renúncia prevista no número anterior abrange pretensões de natureza contratual, pré-contratual, extracontratual, administrativa ou civil.

Cláusula 13.ª

Quitação

1. Após o integral cumprimento do presente acordo, as partes declaram extintas todas as obrigações emergentes dos contratos de compra e venda revogados.
2. As partes conferem reciprocamente plena, geral e definitiva quitação relativamente aos contratos, aos Lotes, à construção do muro e à não concretização do investimento.
3. A quitação não prejudica o direito do Município de agir caso venha a ser detetada a existência de ónus ocultos, declarações falsas, documentos inexatos ou outros factos imputáveis ao Adquirente que causem prejuízo ao Município.

Cláusula 14.ª

Produção de efeitos

1. O presente acordo produz efeitos na data da respetiva assinatura.
2. Os efeitos relativos à retransmissão da propriedade produzem-se com a celebração da correspondente escritura e respetivo registo.
3. A obrigação de pagamento apenas se torna exigível após o cumprimento das condições previstas na cláusula 9.ª.

Cláusula 15.ª

Disposição final

O presente acordo é celebrado em execução da deliberação da Câmara Municipal de Murça tomada em reunião de ___ de _____ de 2026.

Anexos

Fazem parte integrante do presente acordo:

a) Anexo I — Certificação do preço pago;

b) Anexo II — Cálculo da atualização monetária;

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

c) Anexo III — Relação do IMI pago;
d) Anexo IV — Relação das despesas com escrituras e registos;
e) Anexo V — Mapa global dos valores a pagar;
f) Anexo VI — Certidões do registo predial dos Lotes.

Feito em duplicado, ficando cada uma das partes na posse de um exemplar.
Murça, ___ de _____ de 2026.

O Primeiro Outorgante,

_____

O Segundo Outorgante,

_____

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: ~~Divisão Jurídica e Administrativa~~

PRESENTE À REUNIÃO DE 4 / 9 /2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade
Executar à DJA e ao DGF.

800 ANOS
Município de Murça 1224-2024

PROPOSTA DE SUBVENÇÃO

Ref.º DJA / 04 – SUB_57/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
01-09-2026-16:29:05 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Concordo. Sugiro o agendamento deste assunto, para a próxima reunião ordinária da CM, para deliberação. À consideração do PC.
01-09-2026-16:20:38 - marcelo

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO JURÍDICA E ADMINISTRATIVA

Visto. Concordo com a presente informação. O presente assunto deverá ser objeto de sancionamento por parte do órgão executivo municipal, atendendo à natureza do assunto, leia-se, subvenção.
À consideração do Diretor de Departamento.
01-09-2026-15:23:21 - marcos

ASSUNTO

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO, SUBVENÇÃO, À ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RAÍZES E TRADIÇÕES DE SOBREIRA, PESSOA COLETIVA N.º 519252837, PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES E INICIATIVAS DO PLANO DE ATIVIDADES PARA 2026.

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 31.8.2026

I – Informação preliminar

De acordo com o pedido (conforme anexo), de apoio financeiro, por parte do **Associação cultural, Raízes e Tradições de Sobreira,** pessoa coletiva n.º 519 252 837, tenho a propor o seguinte:

II – Enquadramento do pedido

A **Associação Cultural Raízes e Tradições de Sobreira** desenvolve uma atividade relevante no âmbito da dinamização cultural e recreativa da comunidade local, contribuindo para a preservação, valorização e transmissão das tradições, usos e costumes associados à identidade da população de Sobreira e, consequentemente, do Concelho de Murça.

No âmbito do seu **Plano de Atividades para o ano de 2026**, a Associação prevê a realização de diversas iniciativas de natureza cultural, recreativa e comunitária, designadamente a Festa de São Brás, a comemoração do Dia da Mulher, a Festa de São João, a Festa em Honra do Padroeiro São Brás e as Festas das Vindimas.

Estas iniciativas assumem particular relevância para a comunidade, na medida em que promovem a participação e o convívio entre a população, contribuem para o reforço dos laços comunitários e intergeracionais e permitem preservar e transmitir às gerações mais jovens manifestações culturais e tradições que fazem parte do património imaterial e da identidade coletiva do território.

O movimento associativo desempenha, neste contexto, um papel fundamental na dinamização social, cultural e recreativa das comunidades locais, constituindo-se como um importante parceiro do Município na prossecução de iniciativas de interesse coletivo. As associações locais, através da proximidade às populações e do envolvimento voluntário dos seus associados, possuem uma capacidade privilegiada para mobilizar a comunidade, promover a participação cívica e garantir a continuidade de tradições e manifestações culturais que, de outra forma, poderiam progressivamente perder expressão.

(1) – De acordo com o valor peticionado e em conformidade com orientações e critérios superiormente transmitidos pela estrutura política.

O apoio municipal ao associativismo cultural constitui, assim, um instrumento importante de valorização do território e de promoção da coesão social, permitindo criar condições para que as associações continuem a desenvolver atividades abertas à comunidade e de reconhecido interesse público municipal.

Acresce que as iniciativas previstas pela Associação Cultural Raízes e Tradições de Sobreira contribuem para a preservação e valorização das tradições locais, promoção da cultura popular, dinamização da freguesia e envolvimento da população na vida comunitária, verificando-se, por conseguinte, um claro interesse público municipal na sua realização.

Assim, considerando:

- A importância do movimento associativo enquanto parceiro estratégico do Município na dinamização cultural e social das comunidades;
- O relevante papel desempenhado pela Associação Cultural Raízes e Tradições de Sobreira na preservação e divulgação das tradições e identidade cultural local;
- O interesse cultural, recreativo e comunitário das iniciativas constantes do seu Plano de Atividades para 2026;
- O contributo destas atividades para o reforço da coesão social, da participação da população e da transmissão intergeracional das tradições locais;
- A existência de interesse público municipal na continuidade e desenvolvimento das atividades promovidas pela Associação;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar a atribuição de um apoio financeiro, no montante de 850,00 € (oitocentos e cinquenta euros), à Associação Cultural Raízes e Tradições de Sobreira, destinado a comparticipar os encargos decorrentes da execução do respetivo Plano de Atividades para o ano de 2026, nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugadas com a alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e demais legislação e regulamentação municipal aplicável.

III – Enquadramento Legal

1. Considerando que, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 2, do artigo 23.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município dispõe de atribuições no domínio do Património, cultura e Ciência, colaborando com as Associações na concretização daquele fim;

(1) – De acordo com o valor peticionado e em conformidade com orientações e critérios superiormente transmitidos pela estrutura política.

2. Considerando que, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município dispõe de atribuições sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos;

3. Considerando que nos termos do disposto na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal dispõe de competências sobre as formas de apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;

IV – Valor da Subvenção e dados da entidade a apoiar

- Apoio financeiro no valor de 850,00 euros (1).
- Entidade a subvencionar: Associação Cultural, Raízes e Tradições de Sobreira – Pessoa Coletiva n.º: 519 252 837 – E-mail: associação.crt.sobreira@outlook.pt
- A proposta de apoio financeiro, em referência, apresenta em anexo os documentos habilitados designadamente: certidão de não dívida à S.S, certidão de não dívida às finanças, RCBE, entre outros, por parte da entidade subvencionada.

V – Da Proposta

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que adote deliberação traduzida em:

a) Aprovar, ao abrigo da alínea o) e u) do n.º 1, do artigo 33.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro à **Associação Cultural, Raízes e Tradições de Sobreira**, no valor de **850,00 €** (oitocentos e cinquenta euros), em vista ao apoio das atividades e iniciativas que abrange a atividade a promover, apresentada pelo referida **Associação**, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais com dinamização do **Plano de Atividades para 2026**.

(1) – De acordo com o valor peticionado e em conformidade com orientações e critérios superiormente transmitidos pela estrutura política.

b) Os efeitos da deliberação que venha a ser praticada sobre o presente assunto deverá ter os seus efeitos retroagidos à data dos eventos já realizados, ao abrigo do artigo 156º do Código do Procedimento Administrativo, tratando-se de um ato com eficácia retroativa;

c) Considerando que o artigo 12.º, do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, em vigor no Concelho de Murça, prevê a atribuição de apoios financeiros destinados à organização e atividades pontuais.

d) Simultaneamente, aprovar a minuta de Protocolo de Colaboração entre a Associação Associação Cultural, Raízes e Tradições de Sobreira e o Município de Murça, contendo as cláusulas reguladoras das obrigações e direitos das partes, documento cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais e que se anexa à presente proposta, legitimando, desde já, o Presidente da Câmara para outorgar o mesmo;

e) Para o efeito, deverá ser designado, como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo, para efeitos do artigo 290.º-A, do CCP;

f) O valor da subvenção proposta tem enquadramento no plano orçamental em "outras atividades cívicas e religiosas", dispondo do cabimento n.º 2026/774 e do compromisso n.º 2026/772;

g) Por último, caso a presente proposta seja aprovada, dever-se-á proceder à notificação do **Associação Cultural, Raízes e Tradições de Sobreira**, nos termos do CPA.

À consideração superior,

DJA,

O Técnico Superior em regime de mobilidade,

Miguel A. B. Morais

01-09-2026-14:32:11 - miguel

(1) – De acordo com o valor peticionado e em conformidade com orientações e critérios superiormente transmitidos pela estrutura política.

GAP - Gab. Apoio à Presidência

De: Associação Sobreira <associacao.crt.sobreira@outlook.pt>
Enviado: 13 de agosto de 2026 10:22
Para: gap@cm-murca.pt
Assunto: Solicitação de apoio
Anexos: Comprovativo IBAN Sobreira.pdf

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Murça

Vimos por este meio, em nome da Associação Cultural Raízes e Tradições de Sobreira, solicitar a Vossa colaboração à constituição desta mesma associação, sob a forma de um apoio financeiro no valor 850€. Muito agradeceríamos este incentivo, que muito ajudaria nesta fase inicial dos nossos trabalhos.

Com os meus cumprimentos,

Cecília Jobim

ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RAÍZES E TRADIÇÕES DE SOBREIRA

PLANO DE ATIVIDADES - 2026

Atividade	Data	Despesa	Receita	Resultado
Constituição da Associação	—	850,00 €	—	-850,00 €
Investimento nas Instalações	—	305,00 €	—	-305,00 €
Festa de São Brás	07-02-2026	186,40 €	620,00 €	+433,60 €
Dia da Mulher	08-03-2026	213,00 €	502,00 €	+289,00 €
Festa de São João	04-07-2026	556,54 €	1.830,00 €	+1.273,46 €
Festa em Honra do Padroeiro "São Brás"	21-08-2026 a 24-08-2026	11.850,00 €	Por apurar	Por apurar
Festa das Vindimas	03-10-2026	1.365,00 €	Por apurar	Por apurar

1. Totais das atividades com receitas já apuradas

Considerando apenas a Festa de São Brás, o Dia da Mulher e a Festa de São João:

- Total de despesas: 995,94 €
- Total de receitas: 2.952,00 €
- Resultado positivo: 1.996,06 €

2. Considerando a despesa de constituição da Associação

Considerando igualmente as despesas relativas à constituição da Associação e ao investimento realizado nas instalações:

- Constituição da Associação: 850,00 €
- Investimento nas Instalações: 305,00 €
- Atividades realizadas: 955,94 €
- Total de despesas: 2.110,94€
- Total de receitas apuradas: 2.952,00 €
- Saldo financeiro provisório atual: 841,06 €

3. Atividades com receitas ainda por apurar

- Festa em Honra do Padroeiro "São Brás" — despesa prevista: 11.850,00 €.
- Festa das Vindimas — despesa prevista: 1.365,00 €.

As despesas previstas destas duas atividades totalizam 13.215,00 €, que serão apuradas após a respetiva realização.

4. Descrição das atividades essenciais a preservar na festa de São Brás, objeto fundamental desta Associação

De modo a manter tradições que se encontram em risco de acabar devido à desertificação da Sobreira, será impreterível a realização das 3 procissões religiosas.

Na sexta-feira à noite e no domingo de manhã essas procissões percorrerão todos os arruamentos da localidade.

A de domingo de manhã terá de ser acompanhada por fanfarra. A procissão principal, domingo à tarde, antecedida de eucaristia, deverá ser acompanhada por fanfarra e banda musical.

Para além da parte religiosa, a festa deverá conter, na parte lúdica, conjuntos musicais nas noites de sábado, domingo e segunda-feira.

Deverá ser acautelado que a componente lúdica seja satisfatória para as diferentes gerações.

Deverão ainda ser realizados jogos tradicionais e desportivos, nos vários dias.

5. Situação provisória

O resultado financeiro definitivo apenas poderá ser apurado após a realização das atividades pendentes e o registo de todas as receitas, donativos, patrocínios e despesas.

A Presidente
Associação Cultural, Raízes e Tradições de Sobreira

Sara Andreia Aguiar Gonçalves da Silva

Aceder a Área Reservada | Sair

JUSTIÇA.GOV.PT

Registo Central do Beneficiário Efetivo

Declaração RCBE submetida com sucesso.

Código RCBE: 957eda27-a104-4d6c-91fb-1a4071595514
Declaração submetida em 14/05/2026 11:30:41

O comprovativo foi enviado por e-mail à Entidade, ao Beneficiários efetivo e ao Declarante. Caso pretenda uma cópia, por favor imprima ou descarregue o pdf para ficar com o comprovativo.

Imprimir documento

Ministério da Justiça
Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.

Registo Central do Beneficiário Efetivo

Número Fiscal da Entidade:
519252837

Dados do Declarante

Nome(s) próprio(s)

Sara Andreia

Apelido(s)

Aguiar Gonçalves da Silva

País de residência ou sede

Portugal

Morada:

Cédula profissional 00487

Qualidade em que atua Notário

Dados da Entidade

Firma ou Denominação

ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RAÍZES E TRADIÇÕES DE SOBREIRA

País de residência ou sede

Portugal

Morada:

R da Escola, 25, - Sobreira, distrito de Vila Real, concelho de Murça, freguesia de Candedo

Email associacao.crt.sobreira@outlook.pt

Natureza jurídica

Associação de direito privado

CAE

94991

Dados dos Beneficiários Efetivos

Beneficiário 1

Nome(s) próprio(s)

Maria de Lourdes

Apelido(s)

Pinto Cardoso

País de residência ou sede

Fonte de informação

Escritura Pública de Constituição de Associação. Livro 52-S fls 30. do Cartório Notarial de Alijó, a cargo da Drª. Sara Andreia Aguiar Gonçalves da Silva. Notaria e Livro de Atas.

Interesse Detido

Fundador da entidade:

Sim

Administrador da entidade:

Não

Beneficiário da entidade:

Não

Detém controlo final sobre a entidade:

Não

Curador da entidade:

Não

Pertence a categoria similar à de fundador, administrador ou curador:

Não

Fonte Informacao:

Pedido de Restrição de Acesso

Está associado a um PRA?

Não

Beneficiário 2

Nome(s) próprio(s)

Cecília da Conceição

Apelido(s)

Ribeiro Teixeira Jobin

País de residência ou sede

Portugal

Fonte de informação

Escritura Pública de Constituição de Associação, Livro 52-S fls 30, do Cartório Notarial de Alijó, a cargo da Drª. Sara Andreia Aguiar Gonçalves da Silva, Notária e Livro de Atas.

Interesse Detido

Fundador da entidade:

Sim

Administrador da entidade:

Não

Beneficiário da entidade:

Não

Detém controlo final sobre a entidade:

Não

Curador da entidade:

Não

Pertence a categoria similar à de fundador, administrador ou curador:

Não

Fonte Informacao:

Pedido de Restrição de Acesso

Está associado a um PRA?

Não

Beneficiário 3

Nome(s) próprio(s)

Adriano

Apelido(s)

Oliveira Bras

País de residência ou sede

Portugal

Fonte de informação

Escritura Pública de Constituição de Associação, Livro 52-S fls 30 do Cartório Notarial de Alijó, a cargo da Dr.ª Sara Andreia Aguiar Gonçalves da Silva, Notaria e Livro de Atas

Interesse Detido

Fundador da entidade:

Sim

Administrador da entidade:

Não

Beneficiário da entidade:

Não

Detém controlo final sobre a entidade:

Não

Curador da entidade:

Não

Pertence a categoria similar à de fundador, administrador ou curador:

Não

Fonte Informacao:

Pedido de Restrição de Acesso

Está associado a um PRA?

Não

Beneficiário 4

Nome(s) próprio(s)

Rui Miguel

Apelido(s)

Vieira Elias

País de residência ou sede

Portugal



Fonte de informação

Escritura Pública de Constituição de Associação, Livro 52-S fls 30, do Cartório Notarial de Alijó, a cargo da Drª. Sara Andreia Aguiar Gonçalves da Silva, Notaria e Livro de Atas.

Interesse Detido

Fundador da entidade:

Sim

Administrador da entidade:

Não

Beneficiário da entidade:

Não

Detém controlo final sobre a entidade:

Não

Curador da entidade:

Não

Pertence a categoria similar à de fundador, administrador ou curador:

Não

Fonte Informacao:

Pedido de Restrição de Acesso

Está associado a um PRA?

Não

O comprovativo foi enviado por e-mail à Entidade, ao Beneficiários efetivo e ao Declarante. Caso pretenda uma cópia, por favor imprima ou descarregue o pdf para ficar com o comprovativo.

Imprimir documento

Início >

CENTRO DISTRITAL DE VILA REAL
RUA D. PEDRO DE CASTRO, N.º 110 -
APARTADO 208
5000-669 VILA REAL

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RAÍZES E TRADIÇÕES DE SOBREIRA

Firma/Denominação ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RAÍZES E TRADIÇÕES DE SOBREIRA

ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RAÍZES E TRADIÇÕES DE SOBREIRA
R DA ESCOLA N 25
SOBREIRA
5090-017 CANDEDO MUR

N.º d

N.º d

N.º c

Data

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.
Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, art. 208.º, versão atualizada

Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores. Refere-se à situação contributiva apurada até à data de emissão e não impede que sejam apuradas dívidas no futuro.
Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, art. 82.º, n.os 1 e 3, versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, a contar da data de emissão.
Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, art. 84.º, versão atualizada

Diretor de Segurança Social
Luís Nicolau
Luís Miguel F. S. Vaz Nicolau

Como obter a versão digital e confirmar se este documento é autêntico?
Para obter a versão digital deste documento e confirmar a sua autenticidade, aceda ao Portal da Segurança Social, entre em "Links úteis", escolha "Obter documento" e depois insira o seguinte código de acesso:
3-4uau-jlfl-3nlj-7nj0-3b9o-0 Válido até: 2028-08-21

Os dados deste documento constam do Sistema de Informação da Segurança Social à data da sua emissão.

Digitalmente Assinado por: INSTITUTO DE... INFORMATICA
Data: ...

AT
autoridade
tributária e aduaneira

Classificação: 450.30.003

PEDIDO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO

RECEBIMENTO
Carla Veloso Esteves
ce17804
2026/08/21

Ex.mo(a) Senhor(a)

Chefe do Serviço de Finanças

Identificação

Requerente: ASSOCIAÇÃO CULTURAL RAIZES E TRADIÇÕES DE SOBREIRA
Número de Identificação Fiscal: 519252837
Domicilio Fiscal / Sede: RUA DA ESCOLA N 25, , SOBREIRA, 5090-017 CANDEDO MUR, PORTUGAL
Representante Legal: ADRIANO OLIVEIRA BRAS
Número de Identificação Fiscal:

Objeto do Pedido

Solicito que se digne certificar, em nome do(a) contribuinte ASSOCIAÇÃO CULTURAL RAIZES E TRADIÇÕES DE SOBREIRA com o número de identificação fiscal 519252837, a situação tributária nos termos do art.º177º-A do CPPT.

A presente certidão destina-se a Entregar no Município de Murça.

Pede Deferimento

MURCA

Sexta-feira 21 agosto 2026

Assinatura conforme documento de identificação : Adriano Oliveira Bras

Nº do Pedido: 2026.00002242389.0

AT
autoridade
tributária e aduaneira

Serviço de Finanças de MURCA - [2429]

CERTIDÃO

Alípio José Santos Barreira, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de MURCA.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 3, 6 e 13 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).
A presente certidão é válida por quatro meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.
Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 21 de Agosto de 2026.

IDENTIFICAÇÃO
NOME: ASSOCIAÇÃO CULTURAL RAIZES E TRADIÇÕES DE SOBREIRA
NIF: 519252837

Elementos para validação
Nº Contribuinte: 519252837
Cód. Validação:

O Chefe de Finanças,

(Alípio José Santos Barreira)

Para validar esta certidão aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, seleccione a opção "Validação Doc." e introduza o nº de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a esta certidão.

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.º506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

IMPRESSO	PAGINA
2026/09/01	1

P R O P O S T A D E C A B I M E N T O

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	anamaria	2026/09/01	774	2026

DESCRIÇÃO DA DESPESA
APOIO FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL RAIZES E TRADIÇÕES DE SOBREIRA

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA
TIPO DESP: TRIC-TRANSFERÊNCIAS PARA INSTITUIÇÕES CULTURAIS
ORGÂNICA : 02 CÂMARA MUNICIPAL
ECONÓMICA: 040701 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS
PLANO : 2019 A 15
OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS RELIGIOSAS
OUTRAS INSTITUIÇÕES

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
23.091,90
A CABIMENTAR
850,00
SALDO APÓS CABIMENTO
22.241,90

EXTENSO
OITOCENTOS E CINQUENTA EUROS

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2026/09/01

AUTORIZAÇÃO __ / __ / __

PROCESSADO POR COMPUTADOR

2026/09/01

RESOLUÇÃO N.º 2/2019 (23 DE OUTUBRO DE 2019)

ANEXO II

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de cabimento : 2026 / 774 Data do registo (1) : 2026/09/01

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	190.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional : 2.5.3. 0201 OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS RELIGIOSAS
OUTRAS INSTITUIÇÕES

Classificação Económica : 040701 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

N.º Rubrica do Plano : 2019 A 15

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	125.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	65.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	190.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Cabimentos registados	166.908,10	26.609,70			
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	23.091,90	73.390,30	100.000,00	100.000,00	100.000,00
7	Cabimento relativo à despesa em análise	850,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	22.241,90	73.390,30	100.000,00	100.000,00	100.000,00

(1) Data do registo do cabimento relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/09/01 Número de lançamento no diário do orçamento: 11110

Outras Observações :
Proposta de Cabimento n.º 2026/774
APOIO FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL RAIZES E TRADIÇÕES DE SOBREIRA

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

DOC: 2026,Geral,E,G,5077

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.°506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

IMPRESSO	PAGINA
2026/09/01	1

REQUISIÇÃO EXTERNA DE DESPESA

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	anamaria	2026/09/01	846	2026

CONTRIBUINTE	TERCEIRO CLASSE	N.° COMP.
519252837	8431	TRFA 2026 / 772

Associação Cultural Raízes e Tradições de Sobreira
RUA DA ESCOLA, N.° 25

5090-017 SOBREIRA

AUTORIZAÇÃO	DESTINATÁRIO	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO
	APOIO FINANCEIRO		

CONTRACÇÃO DE DÍVIDA	NÚMERO DO CONTRATO	GESTOR DO CONTRATO	DESCRIÇÃO

DESCRIÇÃO DA DESPESA
APOIO FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL RAIZES E TRADIÇÕES DE SOBREIRA

TIPO DE DESPESA		TAXA		IMPORTÂNCIAS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	IVA	DESCRIÇÃO	BASE	DESCONTOS	INCIDÊNCIA	IVA
TRIC	TRANSFERÊNCIAS PARA INSTITUIÇÕES CULTURAIS		ISENTO	850,000		850,000	

EXTENSO
OITOCENTOS E CINQUENTA EUROS

Documento n.° 2026/846, Compromisso n.° 2026/772, efetuado com base no(s) cabimento(s): 2026/774

TOTAIS

TOTAL ILÍQUIDO.....	850,00
TOTAL DE DESCONTOS ...	
TOTAL DE IVA	
TOTAL LÍQUIDO.....	850,00

Fundo Disponível anterior ao compromisso no valor de 1.714.645,60 €
Montante do compromisso A8MI para FD no valor total de 850,00 €
Fundo Disponível após compromisso LCPA no valor de 1.713.795,60 €

PROPOSTA CABIMENTO			CLASSIFICAÇÃO DESPESA			PLANO			CLASSIFICAÇÃO ANALÍTICA	IMPORTÂNCIAS		
ANO	NÚMERO	LINHA	TIPO	ORGÂNICA	ECONÓMICA	ANO	T	NÚMERO		DOT. DISPONÍVEL	A COMPROMETER	SALDO APÓS
2026	774	1	TRIC	02	040701	2019	A	15	95.0.1.02	23.091,90	850,00	22.241,90

SERVIÇO REQUISITANTE	COMPROMISSO EFETUADO EM 2026/09/01	
_____		_____

PROCESSADO POR COMPUTADOR

RESOLUÇÃO N.º 2/2019 (23 DE OUTUBRO DE 2019)

ANEXO III

INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de compromisso : 2026 / 772 Data do registo (1) : 2026/09/01

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	190.000,00 (€)	100.00	(%)	Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional : 2.5.3. 0201 OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS RELIGIOSAS
OUTRAS INSTITUIÇÕES

Classificação Económica : 040701 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

N.º Rubrica do Plano : 2019 A 15

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	125.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	65.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	190.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Compromissos registados	166.908,10				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	23.091,90	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	850,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	22.241,90	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00

(1) Data do registo do compromisso relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/09/01 Número de lançamento no diário do orçamento: 11137

Outras Observações :

Documento n.º 2026/846, Compromisso n.º 2026/772 APOIO FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL RAIZES E TRADIÇÕES DE SOBREIRA
Foi atribuído o Fundo Disponivel n.º 1603 do diário dos fundos disponíveis.

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

MINUTA

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RAÍZES E TRADIÇÕES DE SOBREIRA- DINAMIZAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES PARA 2026

A **Associação Cultural Raízes e Tradições de Sobreira** desenvolve uma atividade relevante no âmbito da dinamização cultural e recreativa da comunidade local, contribuindo para a preservação, valorização e transmissão das tradições, usos e costumes associados à identidade da população de Sobreira e, consequentemente, do Concelho de Murça.

No âmbito do seu **Plano de Atividades para o ano de 2026**, a Associação prevê a realização de diversas iniciativas de natureza cultural, recreativa e comunitária, designadamente a Festa de São Brás, a comemoração do Dia da Mulher, a Festa de São João, a Festa em Honra do Padroeiro São Brás e as Festas das Vindimas.

Estas iniciativas assumem particular relevância para a comunidade, na medida em que promovem a participação e o convívio entre a população, contribuem para o reforço dos laços comunitários e intergeracionais e permitem preservar e transmitir às gerações mais jovens manifestações culturais e tradições que fazem parte do património imaterial e da identidade coletiva do território.

O movimento associativo desempenha, neste contexto, um papel fundamental na dinamização social, cultural e recreativa das comunidades locais, constituindo-se como um importante parceiro do Município na prossecução de iniciativas de interesse coletivo. As associações locais, através da proximidade às populações e do envolvimento voluntário dos seus associados, possuem uma capacidade privilegiada para mobilizar a comunidade, promover a participação cívica e garantir a continuidade de tradições e manifestações culturais que, de outra forma, poderiam progressivamente perder expressão.

O apoio municipal ao associativismo cultural constitui, assim, um instrumento importante de valorização do território e de promoção da coesão social, permitindo criar condições para que as associações continuem a desenvolver atividades abertas à comunidade e de reconhecido interesse público municipal.

Acresce que as iniciativas previstas pela Associação Cultural Raízes e Tradições de Sobreira contribuem para a preservação e valorização das tradições locais, promoção da cultura popular, dinamização da freguesia e envolvimento da população na vida comunitária, verificando-se, por conseguinte, um claro interesse público municipal na sua realização.

Assim, considerando:

- A importância do movimento associativo enquanto parceiro estratégico do Município na dinamização cultural e social das comunidades;
- O relevante papel desempenhado pela Associação Cultural Raízes e Tradições de Sobreira na preservação e divulgação das tradições e identidade cultural local;
- O interesse cultural, recreativo e comunitário das iniciativas constantes do seu Plano de Atividades para 2026;
- O contributo destas atividades para o reforço da coesão social, da participação da população e da transmissão intergeracional das tradições locais;
- A existência de interesse público municipal na continuidade e desenvolvimento das atividades promovidas pela Associação;

A Câmara Municipal de Murça atribui um apoio financeiro, no montante de 850,00 € (oitocentos e cinquenta euros), à Associação Cultural Raízes e Tradições de Sobreira, destinado a comparticipar os encargos decorrentes da execução do respetivo Plano de Atividades para o ano de 2026, nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugadas com a alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e demais legislação e regulamentação municipal aplicável.

Assim:

Entre

MUNICÍPIO DE MURÇA, pessoa coletiva n.º 506862763, com sede na Praça 5 de Outubro, 5090-112 Murça, representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, com poderes para este ato nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, doravante designado por Município ou primeiro outorgante.

E

Associação Cultural, Raízes e Tradições de Sobreira, contribuinte n.º 519252837, com sede em Antiga Escola Primária de Sobreira, Rua da Escola, n.º 13, 5090-017 Sobreira, Freguesia de Candedo, Concelho de Murça, Distrito de Vila Real, doravante designado por beneficiário ou segundo outorgante.

É celebrado o presente Protocolo, que se rege pelo seguinte clausulado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto do Protocolo)

O presente Protocolo tem por objeto estabelecer os termos e condições da atribuição de um apoio financeiro destinado ao apoio das atividades e iniciativas apresentadas no Plano de Atividades, pela Associação Cultural, Raízes e Tradições de Sobreira, a desenvolver-se no ano de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O beneficiário obriga-se a:

a) Realizar e promover o Plano de Atividades 2026;

b) Apresentar ao Município, um relatório sucinto da participação e das atividades realizadas com evidências;

c) Apresentar previamente toda a documentação exigida, nomeadamente certidões de não dívida à Segurança Social e às Finanças, bem como o Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), sem prejuízo de entrega de outra documentação não mencionada.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Obrigações do Município)

O Município de Murça obriga-se a:

a) Proceder à atribuição e pagamento do apoio financeiro no valor de €850,00 (oitocentos e cinquenta euros), destinado ao apoio das atividades e iniciativas apresentadas no Plano de Atividades, pela Associação Cultural, Raízes e Tradições de Sobreira, a desenvolver-se no ano de 2026.

b) Garantir a tramitação administrativa necessária à aprovação e execução do apoio financeiro;

c) Proceder à publicação do apoio financeiro concedido, nos termos legais.

CLÁUSULA QUARTA

(Pagamento do Apoio Financeiro)

O pagamento do apoio financeiro será efetuado numa única prestação e após entrega dos documentos mencionados na cláusula segunda, alínea b).

CLÁUSULA QUINTA

(Gestor de Contrato)

De acordo com o n.º 1, do artigo 290.º - A, do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, o primeiro outorgante designa como gestor de contrato o Técnico Superior
com a função de acompanhar permanentemente a execução do presente protocolo.

CLÁUSULA QUINTA

(Incumprimento)

O incumprimento das obrigações estabelecidas neste Protocolo pelo segundo outorgante implicará a devolução integral do montante recebido e poderá impedir futuras atribuições de apoio por parte do Município.

CLÁUSULA SEXTA

(Revisão e Alteração)

Qualquer alteração ao presente protocolo requer o acordo prévio de ambas as partes, devendo ser formalizada por escrito.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Vigência do Protocolo)

O presente Protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará até à conclusão do objeto do presente protocolo, não podendo ser prorrogado ou renovado.

Murça, 2026

O Presidente da Câmara Municipal de Murça

O Presidente da Associação Cultural, Raízes e Tradições de Sobreira

- *A rubrica de despesa do presente Protocolo de Colaboração enquadra-se em "Outras atividades cívicas e religiosas", orgânica 02, económica 040701, com o Cabimento: 2026/774 e CFD n.º 2026/772.*

Município de Murça
Praça 5 de outubro
5090-112 Murça

Departamento de Coordenação Geral
Unidade orgânica: Divisão Jurídica e Administrativa

PRESENTE A REUNIÃO DE 4 / 9 / 2026
DELIBERADO Aprovado por unanimidade
Aceite o Sr. VPEJA e à DAF

Município de Murça 1224-2024

PROPOSTA DE SUBVENÇÃO

Ref.º DJA – SUB_58/2026

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA / DELIBERAÇÃO DA CÂMARA

Concordo com a estratégia sugerida.
À próxima reunião de Câmara para deliberação.
01-09-2026-16:28:21 - Presidte

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

Concordo. Sugiro o agendamento deste assunto, para a próxima reunião ordinária da CM, para deliberação. À consideração do PC.
01-09-2026-16:21:49 - marcelo

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO JURÍDICA E ADMINISTRATIVA

Visto. Concordo com a presente informação. Para efeitos do artigo 290-Aº, do CCP, deverá ser designado como gestor do contrato, o Técnico Superior, Miguel Morais.
O presente assunto, atendendo à natureza do mesmo, deve ser objeto de sancionamento por parte do executivo municipal.
À consideração do Diretor de Departamento.
01-09-2026-15:21:20 - marcos

ASSUNTO

PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO, SUBVENÇÃO, À FÁBRICA DE IGREJA: PAROQUIAL DA FREGUESIA DA CARVA NO ÂMBITO DAS FESTIVIDADES POPULARES E RELIGIOSAS (2026)

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA E DATA

DATA: 31.8.2026

I – Informação preliminar

De acordo com os pedidos (conforme anexo), de apoio financeiro, por parte da Fábrica de Igreja de Carva tenho a propor o seguinte:

II – Enquadramento do pedido

1. Considerando que as festas populares e religiosas que se realizam nas diferentes localidades do Concelho de Murça desempenham um papel fundamental na preservação do património cultural, social e recreativo;

2. Considerando que estas celebrações, profundamente enraizadas nas tradições locais, contribuem para a coesão da comunidade e para o fortalecimento dos laços entre gerações, preservando e transmitindo os costumes que moldaram a nossa identidade ao longo dos séculos;

3. Considerando que, do ponto de vista cultural, estas festas são uma manifestação viva das tradições, permitindo a valorização e promoção do património imaterial do Concelho;

4. Considerando que as festividades, em causa, são momentos de celebração da história do Concelho, refletindo o sentido de pertença à comunidade;

5. Considerando, ainda, que, sob o ponto de vista social, estas festas são um ponto de encontro e convivência, promovendo a inclusão e o envolvimento de toda a população, desde os mais jovens aos mais idosos, traduzindo-se em momentos de partilha e de fortalecimento do sentimento de identidade e união, ao mesmo tempo que dinamizam as economias locais;

6.Considerando que, tendo em conta a importância cultural, social e recreativa destas festas, a atribuição de um apoio às mesmas se afigura de interesse local, permitindo que cada localidade celebre as suas festividades com a devida dignidade;

7. Considerando que, através dos pedidos, a **Fábrica da Igreja Paroquial de Carva** veio solicitar um apoio financeiro 1.500,00€[1] (Festas em Honra de S. Sebastião e Santa Bárbara (Carva)) e (Nossa Senhora de Fátima (Cortinhas)).

(1) – De acordo com o valor peticionado e em conformidade com orientações e critérios superiormente transmitidos pela estrutura política.

III – Enquadramento Legal

1. Considerando que os Municípios detêm atribuições no património, cultura e tempos livres, conforme estatuído nas alíneas e) e f), do n.º 2, do artigo 23º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações;

2. Considerando que compete à Câmara Municipal, conforme o preceituado na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município;

3. Considerando que o artigo 12.º, do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, em vigor no Concelho de Murça, prevê a atribuição de apoios financeiros destinados à organização e atividades pontuais.

4. A despesa, referente à presente proposta de apoio financeiro, tem enquadramento orçamental na rúbrica 040701, com o cabimento 2026/772 compromisso de fundo disponível **(CFD) n.º 2026/774** com um valor de 1.000,00€ para a Fábrica da Igreja de Carva (Festividades em **Carva**).

5. A despesa, referente à presente proposta de apoio financeiro, tem enquadramento orçamental na rúbrica 040701, com o cabimento 2026/773 compromisso de fundo disponível **(CFD) n.º 2026/773** com um valor de 500,00€ para a Fábrica da Igreja de Carva (Festividades em **Cortinhas**).

IV – Valor da Subvenção e dados das entidades a apoiar

- Apoio financeiro no valor de total de 1.500,00 euros [(1)].
- Entidade a subvencionar: **Fábrica da Igreja de Carva** nif.º 503 085 634 com um valor de 1.500,00€.
- A proposta de apoio financeiro, em referência, apresenta em anexo os documentos habilitados designadamente: certidão de não dívida à S.S, certidão de não dívida às finanças, entre outros, por parte da entidade subvencionada.

V – Da Proposta

(1) – De acordo com o valor peticionado e em conformidade com orientações e critérios superiormente transmitidos pela estrutura política.

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:

1.Agendamento do presente assunto para a próxima reunião de câmara, em vista a que o órgão executivo pratique deliberação traduzida na aprovação, ao abrigo da alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um apoio financeiro à **Fábrica da Igreja de Carva** com valor de 1.500,00€, com vista ao desenvolvimento, dinamização e iniciativas que abranjam as atividades festivas populares e religiosas.

2.Os efeitos da deliberação que venha a ser praticada sobre o presente assunto deverá ter os seus efeitos retroagidos à data dos eventos já realizados, ao abrigo do artigo 156º do Código do Procedimento Administrativo, tratando-se de um ato com eficácia retroativa;

3.Considerando que o artigo 12.º, do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, em vigor no Concelho de Murça, prevê a atribuição de apoios financeiros destinados à organização e atividades pontuais.

4.Por último, caso a presente proposta seja aprovada, dever-se-á proceder à notificação das Fábricas da Igreja beneficiárias, nos termos do CPA;

À consideração superior,

DJA,

O Técnico Superior em regime de mobilidade,

Miguel A. B. Morais

01-09-2026-14:57:20 - miguel

(1) – De acordo com o valor peticionado e em conformidade com orientações e critérios superiormente transmitidos pela estrutura política.

Comissão Fabriqueira da paróquia da Carva

À Câmara Municipal de Murça

Assunto: Pedido de apoio financeiro para a realização da Festa em Honra de S. Sebastião e Santa Bárbara – Freguesia de Carva

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Murça,

A Comissão de Festas de Carva vem, por este meio, solicitar a V. Ex.ª a atribuição de um **donativo/apoio financeiro** destinado à realização da tradicional Festa em honra de Santa Bárbara e S. Sebastião, que decorrerá entre os dias 04 a 07 de setembro, na localidade da Carva.

Esta celebração constitui um importante momento de convívio e união da nossa comunidade, contribuindo para a valorização das tradições e da cultura local e proporcionando momentos de lazer e confraternização a toda a população.

A organização desta iniciativa envolve diversas despesas, nomeadamente com animação musical, licenças, equipamentos, segurança, logística e demais encargos necessários à realização do evento.

Neste sentido, vimos solicitar a colaboração da Câmara Municipal, através da atribuição de um donativo que permita à Comissão de Festas concretizar esta iniciativa com a qualidade e dignidade que a população merece.

Agradecemos desde já toda a atenção e disponibilidade demonstradas, esperando poder contar com o apoio de V. Ex.ª e do Município para a concretização desta festa.

Com os melhores cumprimentos,

A comissão de Festas da Carva 2026

Fábrica da Igreja Paroquial de Carva
Rua Central
5090-031 Carva
NIF 503085634

Ex.mo Sr.
Presidente Câmara Municipal
de Murça
Praça 5 de Outubro
5090-112 Murça

Carva, 20 de Julho de 2026

Assunto: Pedido de Apoio financeiro para a festa de Cortinhas, paróquia da Carva, Freguesia de Carva e Vilares.

Exmo. Senhor Presidente

Venho por este meio, na qualidade de Presidente da Comissão de Festas de Cortinhas, solicitar o apoio financeiro da Câmara Municipal de Murça, no valor de 500€, com vista á realização da referida festividade, que terá lugar na paróquia de Carva, localidade de Cortinhas, entre os dias 30 de Julho a 04 de Agosto.

As festas populares em meios pequenos, como é o caso, desempenham um papel fundamental na coesão social, na preservação das tradições locais e no combate ao isolamento das populações. São momentos de reunião entre gerações, de reforço do sentido comunitário e de dinamização cultural e económico da região.
Cientes do compromisso que a Câmara Municipal tem mantido com as freguesias do concelho e com a promoção das nossas tradições, acreditamos que este apoio será mais um contributo valioso para manter viva a identidade das nossas gentes.

Agradecemos desde já a atenção dispensada e colocamo-nos á disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Os melhores Cumprimentos,

Pe. Iolando Pereira

Gmail

Diana Teixeira Pereira <dianatpsolicitadora@gmail.com>

[RCBE] Declaração Validada - PT-503085634

1 mensagem

noreply.rcbe@irn.mj.pt <noreply.rcbe@irn.mj.pt> 28 de março de 2026 às 20:55
Para: dianatp09852@osae.pt

Ministério da Justiça
Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.

Registo Central do Beneficiário Efetivo

503085634 - FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUEISA DE CARVA
Declaração submetida em 28/03/2026 - 20:55:23
Código RCBE: 1c86c11b-0102-4ee8-ae8e-1b508c7e3048

Dados do Declarante:

Nome: DIANA TEIXEIRA PEREIRA
Nú
Mo
de
En
Do
19
De

Dados Entidade:

Firma ou Denominação: FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUEISA DE CARVA
Número fiscal: 503085634 - Portugal
Morada: al, concelho de Murça, freguesia de Carva e Vilares, Portugal
Email: yo
Natureza jurídica: Pessoa Coletiva Religiosa (católica)
CAE: 94910

Beneficiários:

Beneficiário Efetivo 1: Iolando Pinto Pereira
Núme
Mora
Portu
Email
Data
Natur
Nacio
Docu
18/05.
Fonte de informação: Exibição do Cartão de Cidadão; Documento de Dom Joaquim Gonçalves Bispo de Vila Real à data de 5 de Agosto de 2006, que nomeou o Padre Iolando Pinto Pereira como Pároco da Paróquia de Carva.
Interesse detido
Nome: Iolando Pinto Pereira
Administrador da entidade: Sim

Agradecemos ter efetuado a declaração de beneficiário efetivo da entidade.

DOC: 2026,Geral,E,G,5079

CENTRO DISTRITAL DE VILA REAL
RUA D. PEDRO DE CASTRO, N.º 110 -
APARTADO 208
5000-669 VILA REAL

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUEISA DE CARVA

Firma/Denominação FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUEISA DE CARVA

FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUEISA DE CARVA
R CENTRAL
CARVA
5090-031 CARVA

N.º de

N.º de

N.º da

Data d

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.
Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, art. 208.º, versão atualizada

Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores. Refere-se à situação contributiva apurada até à data de emissão e não impede que sejam apuradas dívidas no futuro.
Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, art. 82.º, n.os 1 e 3, versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, a contar da data de emissão.
Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, art. 84.º, versão atualizada

Diretor de Segurança Social
Luís Nicolau
Luís Miguel F. S. Vaz Nicolau

Como obter a versão digital e confirmar se este documento é autêntico?
Para obter a versão digital deste documento e confirmar a sua autenticidade, aceda ao Portal da Segurança Social, entre em "Links úteis", escolha "Obter documento" e depois insira o seguinte código de acesso:
3-5f3b-3atp-ksjp-l1s0-b305-e Válido até: 2028-07-29

Os dados deste documento constam do Sistema de Informação da Segurança Social à data da sua emissão.

Digitalmente Assinado por: INSTITUTO DE INFORMATICA

AT autoridade tributária e aduaneira

Serviço de Finanças de MURCA - [2429]

CERTIDÃO

Alípio José Santos Barreira, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de MURCA.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177°-A e/ou n°s 3, 6 e 13 do artigo 169°, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).
A presente certidão é válida por quatro meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos n°s 4 e 6 do artigo 24° CPPT, respetivamente.
Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 21 de Agosto de 2026.

IDENTIFICAÇÃO
NOME: FABRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUEISA DE CARVA
NIF: 503085634

Elementos para validação
N° Contribuinte: 503085634
Cód. Validação: RDAZHFVDQMCT

O Chefe de Finanças,

(Alípio José Santos Barreira)

Para validar esta certidão aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, seleccione a opção "Validação Doc." e introduza o n° de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a esta certidão.

SEFMP041_W4

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.°506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

DOC: 2026,Geral,E,G,5079

IMPRESSO	PAGINA
2026/09/01	1

P R O P O S T A D E C A B I M E N T O

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	anamaria	2026/09/01	773	2026

DESCRIÇÃO DA DESPESA
APOIO FINANCEIRO PARA A FESTA DE CORTINHAS

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

TIPO DESP: TRCF-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL COMISSÕES FABRIQUEIRAS
ORGÂNICA : 02 CÂMARA MUNICIPAL
ECONÓMICA: 080701 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS
PLANO : 2019 A 14
OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS RELIGIOSAS
TRANSFERÊNCIAS EM VALOR

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
7.005,78
A CABIMENTAR
500,00
SALDO APÓS CABIMENTO
6.505,78

EXTENSO
QUINHENTOS EUROS

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2026/09/01

AUTORIZAÇÃO _ / _ / _

PROCESSADO POR COMPUTADOR

DOC: 2026,Geral,E,G,5079
anamaria

RESOLUÇÃO N.º 2/2019 (23 DE OUTUBRO DE 2019)

ANEXO II

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de cabimento : 2026 / 773 Data do registo (1) : 2026/09/01

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	135.000,00 (€)	100.00	(%)	Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional : 2.5.3. 0101 OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS RELIGIOSAS
TRANSFERÊNCIAS EM VALOR

Classificação Económica : 080701 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

N.º Rubrica do Plano : 2019 A 14

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	75.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	135.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Cabimentos registados	127.994,22				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	7.005,78	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
7	Cabimento relativo à despesa em análise	500,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	6.505,78	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00

(1) Data do registo do cabimento relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/09/01 Número de lançamento no diário do orçamento: 11109

Outras Observações :
Proposta de Cabimento n.º 2026/773
APOIO FINANCEIRO PARA A FESTA DE CORTINHAS

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.°506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

DOC: 2026,Geral,E,G,5079

IMPRESSO	PAGINA
2026/09/01	1

REQUISIÇÃO EXTERNA DE DESPESA

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	anamaria	2026/09/01	847	2026

CONTRIBUINTE	TERCEIRO CLASSE	N.° COMP.
503085634	5168	TRCF 2026 / 773

COMISSÃO FABRIQUEIRA DA IGREJA DE CARVA
CORTINHAS/CARVA

5090-032 CORTINHAS

AUTORIZAÇÃO	DESTINATÁRIO	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO

CONTRACÇÃO DE DÍVIDA	NÚMERO DO CONTRATO	GESTOR DO CONTRATO	DESCRIÇÃO

DESCRIÇÃO DA DESPESA
APOIO FINANCEIRO PARA A FESTA DE CORTINHAS

TIPO DE DESPESA		TAXA		IMPORTÂNCIAS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	IVA	DESCRIÇÃO	BASE	DESCONTOS	INCIDÊNCIA	IVA
TRCF	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL COMISSÕES FABRIQUEIRAS		ISENTO	500,000		500,000	

EXTENSO
QUINHENTOS EUROS

TOTAIS

TOTAL ILÍQUIDO.....	500,00
TOTAL DE DESCONTOS ..	
TOTAL DE IVA	
TOTAL LÍQUIDO.....	500,00

Documento n.° 2026/847, Compromisso n.° 2026/773, efetuado com base no(s) cabimento(s): 2026/773

Fundo Disponível anterior ao compromisso no valor de 1.713.795,60 €
Montante do compromisso A8MI para FD no valor total de 500,00 €
Fundo Disponível após compromisso LCPA no valor de 1.713.295,60 €

PROPOSTA CABIMENTO			CLASSIFICAÇÃO DESPESA		PLANO			CLASSIFICAÇÃO ANALÍTICA	IMPORTÂNCIAS		
ANO	NÚMERO	LINHA	TIPO	ORGÂNICA ECONÓMICA	ANO	T	NÚMERO		DOT. DISPONÍVEL	A COMPROMETER	SALDO APÓS
2026	773	1	TRCF	02 080701	2019	A	14	93.2.5.3.02.01	8.005,78	500,00	7.505,78

SERVIÇO REQUISITANTE	COMPROMISSO EFETUADO EM 2026/09/01	

PROCESSADO POR COMPUTADOR

RESOLUÇÃO N.° 2/2019 (23 DE OUTUBRO DE 2019)

ANEXO III

INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO

(a que se refere o n.° 1 do artigo 4.°)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de compromisso : 2026 / 773 — Data do registo (1) : 2026/09/01

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	135.000,00 (€)	100.00	(%)	Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 — ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional : 2.5.3. 0101 OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS RELIGIOSAS
TRANSFERÊNCIAS EM VALOR

Classificação Económica : 080701 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

N.° Rubrica do Plano : 2019 A 14

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	75.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	135.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Compromissos registados	126.994,22				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	8.005,78	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	500,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	7.505,78	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00

(1) Data do registo do compromisso relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/09/01 Número de lançamento no diário do orçamento: 11138

Outras Observações :

Documento n.° 2026/847, Compromisso n.° 2026/773 APOIO FINANCEIRO PARA A FESTA DE CORTINHAS
Foi atribuído o Fundo Disponivel n.° 1604 do diário dos fundos disponíveis.

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

DOC: 2026,Geral,E,G,5079

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.º506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

IMPRESSO	PAGINA
2026/09/01	1

P R O P O S T A D E C A B I M E N T O

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	anamaria	2026/08/31	772	2026

- DESCRIÇÃO DA DESPESA
APOIO FINANCEIRO PARA A FESTA DE CARVA

- CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

TIPO DESP: TRCF-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL COMISSÕES FABRIQUEIRAS
ORGÂNICA : 02 CÂMARA MUNICIPAL
ECONÓMICA: 080701 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS
PLANO : 2019 A 14
OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS RELIGIOSAS
TRANSFERÊNCIAS EM VALOR

DOTAÇÃO DISPONÍVEL
8.005,78
A CABIMENTAR
1.000,00
SALDO APÓS CABIMENTO
7.005,78

EXTENSO
MIL EUROS

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2026/08/31

AUTORIZAÇÃO __ / __ / __

PROCESSADO POR COMPUTADOR

RESOLUÇÃO N.° 2/2019 (23 DE OUTUBRO DE 2019)

ANEXO II

INFORMAÇÃO DE CABIMENTO

(a que se refere o n.° 1 do artigo 4.°)

DOC: 2026,Geral,E,G,5079
anamaria

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de cabimento : 2026 / 772

Data do registo (1) : 2026/08/31

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
	(€)	(%)			(€)	(%)
Receitas gerais				Contração de Empréstimos		
X Receitas próprias	135.000,00 (€)	100.00 (%)		Transferências no âmbito das Adm. Públicas		
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional : 2.5.3. 0101 OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS RELIGIOSAS
TRANSFERÊNCIAS EM VALOR

Classificação Económica : 080701 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

N.° Rubrica do Plano : 2019 A 14

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	75.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	135.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Cabimentos registados	126.994,22				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	8.005,78	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
7	Cabimento relativo à despesa em análise	1.000,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	7.005,78	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00

(1) Data do registo do cabimento relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/08/31 Número de lançamento no diário do orçamento: 11108

Outras Observações :
Proposta de Cabimento n.° 2026/772
APOIO FINANCEIRO PARA A FESTA DE CARVA

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)

MUNICÍPIO DE MURÇA
CONTRIBUINTE N.°506862763
Praça 5 de Outubro
5090-112-MURÇA

DOC: 2026,Geral,E,G,5079

IMPRESSO	PAGINA
2026/09/01	1

REQUISIÇÃO EXTERNA DE DESPESA

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
11	anamaria	2026/09/01	848	2026

CONTRIBUINTE	TERCEIRO CLASSE	N.° COMP.	
503085634	5168	TRCF	2026 / 774

COMISSÃO FABRIQUEIRA DA IGREJA DE CARVA
CORTINHAS/CARVA

5090-032 CORTINHAS

AUTORIZAÇÃO	DESTINATÁRIO	LOCAL DE ENTREGA	PRAZO

CONTRACÇÃO DE DÍVIDA	NÚMERO DO CONTRATO	GESTOR DO CONTRATO	DESCRIÇÃO

DESCRIÇÃO DA DESPESA
APOIO FINANCEIRO PARA A FESTA DE CARVA

TIPO DE DESPESA		TAXA		IMPORTÂNCIAS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	IVA	DESCRIÇÃO	BASE	DESCONTOS	INCIDÊNCIA	IVA
TRCF	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL COMISSÕES FABRIQUEIRAS		ISENTO	1.000,000		1.000,000	

EXTENSO
MIL EUROS

Documento n.° 2026/848, Compromisso n.° 2026/774, efetuado com base no(s) cabimento(s): 2026/772

TOTAIS

TOTAL ILÍQUIDO.....	1.000,00
TOTAL DE DESCONTOS ..	
TOTAL DE IVA	
TOTAL LÍQUIDO.....	1.000,00

Fundo Disponível anterior ao compromisso no valor de 1.713.295,60 €
Montante do compromisso ASMI para FD no valor total de 1.000,00 €
Fundo Disponível após compromisso LCPA no valor de 1.712.295,60 €

PROPOSTA CABIMENTO			CLASSIFICAÇÃO DESPESA			PLANO			CLASSIFICAÇÃO ANALÍTICA	IMPORTÂNCIAS		
ANO	NÚMERO	LINHA	TIPO	ORGÂNICA	ECONÓMICA	ANO	T	NÚMERO		DOT. DISPONÍVEL	A COMPROMETER	SALDO APÓS
2026	772	1	TRCF	02	080701	2019	A	14	93.2.5.3.02.01	7.505,78	1.000,00	6.505,78

SERVIÇO REQUISITANTE	COMPROMISSO EFETUADO EM 2026/09/01	

PROCESSADO POR COMPUTADOR

RESOLUÇÃO N.º 2/2019 (23 DE OUTUBRO DE 2019)

ANEXO III

INFORMAÇÃO DE COMPROMISSO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º)

ENTIDADE : MUNICÍPIO DE MURÇA (subsetor da Administração Local) NIF 506862763

Número sequencial de compromisso : 2026 / 774 — Data do registo (1) : 2026/09/01

Observações do Documento :

Fontes de Financiamento :				Outras Fontes :		
Receitas gerais	(€)	(%)		Contração de Empréstimos	(€)	(%)
X Receitas próprias	135.000,00 (€)	100.00	(%)	Transferências no âmbito das Adm. Públicas	(€)	(%)
Financiamento da UE	(€)	(%)		Outras: Identificação _____	(€)	(%)

Classe 0 — ORÇAMENTO DO ANO 2026

Classificação Orgânica : 02 CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional : 2.5.3. 0101 OUTRAS ATIVIDADES CÍVICAS RELIGIOSAS
TRANSFERÊNCIAS EM VALOR

Classificação Económica : 080701 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS
INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

N.º Rubrica do Plano : 2019 A 14

ITEM	DESCRITIVO	VALORES (€)				
		Ano Corrente	2027	2028	2029	Seguintes
1	Orçamento inicial	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
2	Reforços e créditos especiais/anulações	75.000,00				
3 = 1+2	Dotação corrigida	135.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
4	Cativos/descativos					
5	Compromissos registados	127.494,22				
6 = 3-(4+5)	Dotação disponível	7.505,78	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	1.000,00				
8 = 6-7	Saldo Residual	6.505,78	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00

(1) Data do registo do compromisso relativo à despesa em análise no sistema informático de apoio à execução orçamental
Data: 2026/09/01 Número de lançamento no diário do orçamento: 11140

Outras Observações :

Documento n.º 2026/848, Compromisso n.º 2026/774 APOIO FINANCEIRO PARA A FESTA DE CARVA
Foi atribuído o Fundo Disponivel n.º 1605 do diário dos fundos disponíveis.

DECLARO QUE A INFORMAÇÃO PRESTADA COINCIDE COM OS MAPAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.

Identificação do Declarante:
Nome
Cargo / função O Responsável,
Data _____ / _____ / _____

(assinatura)